

AO(A) ILMO.(A) SR.(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF: PP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2024

PROCESSO Nº: Processo nº 164/2024, Processo 1Doc nº 823/2024 - Id. CidadES nº 2024.033E0700001.02.0023

OBJETO: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos retransmissores de sinais de televisão analógicos e digitais da Sede e Distritos do Município de Irupi/ES, com locação de equipamentos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

A empresa **KENIO GRAIZE DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº 02.020.166/0001-03, com sede à Rua Capitão João Inacio de Almeida, nº 70, Centro, Iúna/ES, por intermédio de seu representante legal o sr. KENIO GRAIZE DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.104.119-SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 022.829.647-13, residente e domiciliado em Iúna/ES, vem à presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/21 e no item 14.1. do Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2024, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

O item 14.1. do Instrumento Convocatório do certame susografado dispõe:

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Ainda, o art. 164 da Lei 14.133/2021, dispõe o seguinte:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Logo, resta comprovada a tempestividade do presente ato, haja vista, que a Rua Capitão João Ignácio de Almeida, 70, Terreo - Centro - Iúna - ES.
CEP: 29390-000 - Tel: (28)9882-2743

licitação ocorrerá dia 17/07/2024.

II – DO TEMERÁRIO E INEXEQUÍVEL PREÇO ESTIMADO

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes. Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação do pretendido vínculo jurídico.

É necessário pontuar que o que se exige da Administração é que busque sempre a proposta mais vantajosa. Não há, no teor do dispositivo, qualquer menção expressa a menor preço. Por óbvio que uma proposta com valor reduzido em relação às demais, a princípio, aparenta ser aquela que de fato melhor represente o interesse público. Todavia, tal pressuposto não reflete a realidade quando o preço ofertado não foi formulado com base nos requisitos reais de mercado, não considerando ser 02 (dois) tipos de serviços distintos inclusos no objeto (analógica e digital).

Portanto, por melhor proposta deve-se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

Destarte, após analisar o orçamento estimado fornecido por esta administração, argui uma concebível inexequibilidade nos preços apresentados como referência.

A estimativa de preços apresentados pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro. Tal estimativa de preços se apresenta impraticável no mercado, pois percebe-se que foi considerado somente um tipo de serviço, onde na realidade é dois (analógico e digital), destarte, não cobre em sua totalidade os custos para a manutenção dos serviços. Assim, o valor estimado para a prestação dos serviços licitados supracitado, apresentam indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos dos serviços, tendo em vista que serão dois tipos de equipamento, e dois tipos de assistência (manutenção).

Portanto, a inconsistência da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do

praticável, considerando ser dois tipos de serviços englobados no objeto deste.

Consoante já afirmado, um dos objetivos da Nova Lei de Licitações é evitar contratações manifestadamente inexequíveis, conforme disposição do Inciso III, art. 11 da Lei 14.133/21. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

Tal argumento se tem por base, a partir do momento que se cota somente um serviço, para adequar a um objeto que tem dois serviços concomitantes. Logo, é factível que o preço estimado não está em consonância com o mercado e o praticável, prejudicando expressivamente a Administração Pública, que deve buscar o menor preço, mas garantindo que o mesmo seja justo e exequível.

Assim, necessário se faz, uma nova pesquisa de preços, considerando que se trata de dois tipos de prestação (analógico/digital), sendo necessário dois tipos de equipamentos, como também, dois tipos de serviços (manutenção). Não obstante, considerando os preços praticáveis no mercado regional e local.

III – DOS PEDIDOS

Ante a todo o exposto, serve o presente para requerer:

- 1- Seja conhecido, e no mérito deferida a presente impugnação;
- 2- Seja suspenso o edital, para a realização de nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível, seja por solicitação por “e-mail”, ou por outro meio disponível, com aferição pelas empresas locais, a fim de obter valores justos para a obtenção da média dos valores de referência;
- 3- Que seja republicado o edital, já com os valores estimados reajustados

Rua Capitão João Ignácio de Almeida, 70, Terreo - Centro - Iúna - ES.

CEP: 29390-000 - Tel: (28)9882-2743

K G SONORIZAÇÃO & ELETRÔNICA

KENIO GRAIZE DA SILVA ME

CNPJ: 02.020.166./0001-03

conforme aqui argumentado;

- 4- E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao serviço solicitado no edital.

Na eventualidade, requer que seja apresentada as cotações, os dados obtidos pela plataforma painel de preços do Governo Federal ou outro meio competente, com expressa indicação da data da disponibilização da plataforma ou preço, bem como, informação de atualização, se houver.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Iúna/ES, 08 de Julho de 2024.

KENIO GRAIZE DA SILVA
TITULAR – CPF Nº 022.829.647-13

02.020.166/0001-03

KENIO GRAIZE DA SILVA ME
"KG SONORIZAÇÃO E ELETRÔNICA"
RUA CAP. JOÃO INACIO DE ALMEIDA.
70, CENTRO, CEP: 29.390-000
IUNA -ES